

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Quero ser verde - Petroleiras buscam fontes de energia renovável	2
Título: Memória - Petrobras ensaia volta com nova estratégia.....	4
Título: Tecnologia acessível ajuda a fugir da alta conta de luz	4
Título: Sem incentivos, fabricantes de painéis solares agonizam	5
Título: Preço do petróleo se descola das moedas de países produtores.....	7
Título: Usiminas: sem previsão de retomada total da produção	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: CSN contrata Jefferies para vender ativos no exterior	10
Título: A difícil tarefa de recuperar a reputação da Petros.....	11

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa E Ramona Ordoñez****Título: Quero ser verde - Petroleiras buscam fontes de energia renovável**

Do petróleo à energia gerada a partir do sol e do vento. Como já fazem no exterior, as gigantes do petróleo iniciam no Brasil essa transição com um novo ciclo de investimentos em fontes renováveis. O movimento se dá no momento em que aumenta a pressão sobre as companhias para neutralizar emissões de carbono, que provocam o aquecimento global, e fica mais claro que elas precisarão de novas fontes de receita no futuro. Isso porque se prevê queda no consumo de combustível fóssil a partir de meados do século com o desenvolvimento de tecnologias como a do carro elétrico.

Com a participação das petroleiras, os projetos de energia solar e eólica vão passar de 8% para 18% na matriz elétrica brasileira entre 2017 e 2026, prevê a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Até lá, serão pelo menos R\$ 174 bilhões em aporte nessas modalidades — metade dos investimentos para a expansão do setor de geração a ser contratada em oito anos.

—As petroleiras estão preocupadas com a própria sobrevivência no futuro. Há estimativa de que a demanda de petróleo, comece a cair a partir de 2040 — explica José Mauro, diretor de Petróleo da EPE.

Nesse movimento, o Brasil é um alvo preferencial para as petroleiras porque tem condições climáticas favoráveis.

ENERGIA EÓLICA NO MAR

A Petrobras selou recentemente um memorando com a Total para investir em energia solar e eólica em terra. A estatal está em vias de assinar acordo com a Equinor para investir em projetos de energia eólica em alto-mar. A Petrobras também participa de um fundo global formado por petroleiras para estudar soluções para reduzir emissões de gases do efeito estufa em dez anos. A brasileira vai destinar US\$ 100 milhões a essa iniciativa.

—Temos áreas disponíveis em várias regiões do país que podemos usar para receber esses projetos. Há um potencial muito grande. Aqui o fator de utilização do vento é de 36%, acima dos de Alemanha (20%), EUA (32%) e China (22%). A energia renovável fará parte do nosso novo plano de negócios —disse Nelson Silva, diretor de Estratégia da Petrobras. —Queremos nos preparar para a economia de baixo carbono e investir para ter o retorno adequado. É preciso ter uma racionalidade econômica.

A norueguesa Equinor, que abandonou o nome Statoil para reforçar o investimento em energia limpa, também acelera projetos verdes no Brasil. Em dezembro, inaugura, no Ceará, seu primeiro projeto solar no mundo. A unidade, que consumiu US\$ 215 milhões, tem capacidade de 162 megawatts (MW) e vai gerar energia para 170 mil famílias. Verônica Coelho, vice-presidente da companhia, destaca que a meta é que, em 2030, a Equinor destine de 15% a 20% de seus investimentos a fontes alternativas:

— Até na produção de petróleo e gás, estamos buscando maior eficiência. No Campo de Peregrino, estamos com o projeto de construir um duto para levar gás (até o campo) e substituir o uso do diesel na plataforma. Na Noruega, temos plantas eólicas no mar. E, no Brasil, temos a costa inteira. Nosso foco é gerar energia limpa. É possível que participemos dos leilões de geração de energia no Brasil.

A francesa Total, que já opera uma usina solar na Bahia, tem outras quatro em construção no país.

Shell e BP, que produzem etanol no Brasil, também estão de olho em novas fontes verdes. A Shell, que deverá investir entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões por ano no mundo até 2020 em renováveis, criou uma gerência para investir em projetos solares no Brasil. Desde 2017, investe na comercialização de energia elétrica. A BP também busca oportunidades no Brasil, que, informou, vê com “grande potencial”.

Segundo José Ricardo Oliveira, sócio da consultoria EY e especializado em energia, o barateamento de fontes como a solar em âmbito global tem acelerado investimentos no setor, atraindo as companhias de petróleo.

—A aposta das petroleiras tem viés crescente. Vai ser uma das áreas que mais vão receber investimentos nos próximos anos. Além disso, as companhias querem melhorar seu portfólio, diminuindo a percepção de empresa suja.

Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, diz que esse movimento é bem-vindo, mas ainda tímido:

—É preciso planejamento de longo prazo. Temos que usar o pré-sal para alavancar outras fontes de energia.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Memória - Petrobras ensaia volta com nova estratégia**

Nos últimos cinco anos, a Petrobras não só deixou de fazer investimentos em fontes renováveis como se desfez de quase todos os negócios que tinha na geração de energia limpa, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e biocombustíveis. Agora, a estatal ensaia a volta ao segmento renovável, mas com foco em energias solar e eólica.

A estatal vinha priorizando projetos de produção de petróleo, principalmente no pré-sal, por darem retorno mais rápido, tendo como meta a redução de sua dívida, que superava os US\$ 100 bilhões em 2014. No programa de ajustes, a Petrobras lançou um plano de venda de ativos que incluiu projetos de geração de energia e de biocombustíveis.

Em 2008, a estatal chegou a criar uma subsidiária, a Petrobras Biocombustíveis, que tinha o objetivo de diversificar a matriz energética. Chegou à capacidade de produzir até 800 milhões de litros de biodiesel, mas as participações da estatal em usinas foram vendidas.

Mesmo destino teve a subsidiária Brasil PCH. A Petrobras, que investia nela há dez anos, vendeu sua participação de 49% à Cemig. (Ramona Ordonez e Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Tecnologia acessível ajuda a fugir da alta conta de luz**

Empresas de diferentes setores investem em projetos eólicos e solares para atender a sua própria demanda por eletricidade

O potencial brasileiro para a geração de energia eólica e solar não desperta apenas o interesse de investidores. Muitos consumidores — pessoas físicas e empresas — buscam esses modais para gerar sua própria energia e escapar dos frequentes aumentos da conta de luz.

Na área de telefonia, a Oi vai investir R\$ 30 milhões na construção de duas usinas de energia solar em Minas Gerais. Entre 2015 e 2017, a participação da

energia limpa no consumo próprio da empresa subiu de 15,8% para 22,4%. Para o próximo ano, a tele planeja ainda investir em energia eólica.

A Claro vai na mesma direção: quer gerar 80% da energia que consome. Já investe em energia solar e tem planos de construir mais 20 usinas solares e quatro parques eólicos. A meta é reduzir as despesas em 30%.

O potencial nesse segmento é grande. Segundo a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Gannoum, essa fonte será a segunda maior do país em 2019, ficando atrás da hidrelétrica. O potencial brasileiro de geração eólica é estimado em 500 gigawatts (GW), o triplo da capacidade instalada hoje.

—O setor tem atraído muitos investidores. O próximo leilão de energia, que será realizado no fim deste mês, é para gerar 1GW. E já temos projetos de eólica na disputa que somam 27 GW— destaca Elbia.

De olho nos números, a Enersud desenvolveu uma tecnologia própria para permitir a instalação de turbinas eólicas de menor porte para consumidores gerarem sua própria energia. Porém, é preciso ficar atento à incidência dos ventos, que precisam ter uma velocidade de 30 quilômetros por hora.

A geração própria já é uma realidade na energia solar, que representa 23% do total gerado no Brasil. Um exemplo é o da fabricante de produtos de limpeza Limppano. A empresa investe R\$ 150 mil na aquisição de placas solares para iluminar e também aquecer a água de sua fábrica em Queimados, na Baixada Fluminense.

E, assim como a eólica, a solar tem espaço para crescer. O Brasil tem potencial de 28.500 GW, mas só explora 1,3 GW. (Bruno Rosa e Ramona Ordonez)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Roberta Scrivano

Título: Sem incentivos, fabricantes de painéis solares agonizam

Estrangeiras que chegaram ao país em 2016 movidos por promessas não cumpridas do governo demitem funcionários e ameaçam fechar as portas

Em 2016, o governo não economizou promessas para atrair para o Brasil fabricantes de painéis fotovoltaicos, placas solares para geração de energia. Com o barateamento da tecnologia e o crescimento dos projetos para erguer usinas solares, fazia sentido estimular a fabricação dos equipamentos no país.

Três empresas de capital chinês instalaram fábricas por aqui. Dois anos depois, os incentivos não se confirmaram e elas preparam as malas para ir embora.

A S4 Solar, em Suape (PE), já fechou as portas. A BYD deu férias coletivas aos 460 funcionários de sua fábrica em Campinas (SP) e pode encerrar a operação de vez até dezembro. Já a Canadian Solar, instalada em Sorocaba (SP), deu férias coletivas e depois cortou dois terços da força de trabalho. Opera atualmente com apenas um terço da capacidade.

‘TRIPE’ NÃO VINGOU

As três empresas chegaram ao país em 2016 atraídas pelo que o governo chamava de tripé de sustentação da energia solar: demanda garantida com a entrada de usinas solares em leilões de eletricidade, financiamento a taxas baixas só para usinas que utilizassem painel fotovoltaico nacional e isenção de impostos (PIS/Cofins e IPI) para a compra de componentes usados na fabricação dos painéis. Nenhum dos três compromissos vingou.

A isenção dos impostos dependia da inclusão dos painéis no chamado Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis). Para isso, era necessário o aval de três ministérios: Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Fazenda. Só a Fazenda ainda não assinou—e retém o documento desde outubro do ano passado.

—As solares foram retiradas dos leilões. A isenção de impostos, não aconteceu. E surgiram linhas de crédito mais baratas para financiar usinas com painéis importados. Ou seja, o tripé não existe — diz Adalberto Maluf, diretor da BYD, empresa que investiu R\$ 150 milhões na construção da fábrica de Campinas. — Temos a real chance de fechar até o fim do ano se o compromisso feito pelo governo não for cumprido.

O mesmo diz Wladimir Janousek, diretor da Canadian Solar, sediada no Canadá e com controle chinês. Segundo ele, o tripé “foi o principal motivador para o investimento” no Brasil. Para erguer a fábrica em Sorocaba, foram gastos R\$ 90 milhões.

Na visão do executivo, o cancelamento da participação da fonte solar nos leilões a partir de 2016 foi a “quebra de compromisso mais impactante para o negócio”. Em 2014 e 2015, as usinas solares venderam eletricidade em leilões de reserva. No último, o preço da fonte chegou ao patamar mais baixo já registrado, de R\$ 145 por megawatt-hora (MWh). O preço médio do MWh de uma termelétrica movida a diesel é R\$ 270.

—Ter a garantia de demanda com a venda nos leilões é vital para que agente tenha cadência na produção. Esse elo foi rompido com a quebra da garantia dos leilões —reclama Janousek.

‘AMBIENTE HOSTIL’

Para o economista Armando Castelar, professor da FGV, a situação é um retrato do “ambiente hostil de negócios no Brasil”, que não permite previsibilidade:

—O ambiente de negócios é muito ruim no Brasil, e, para compensar essa anomalia, o governo dá subsídios para quem grita mais alto, o que piora ainda mais a situação. Para resolver, é preciso fazer reforma tributária, baixar custo de capital, reduzir insegurança jurídica e deixar as empresas florescerem.

Em busca de uma saída, BYD e Canadian estão adaptando suas linhas para a fabricar painéis de uso residencial —que são menos potentes e mais baratos que os usados nas usinas solares.

Procurado pelo GLOBO, o Ministério da Fazenda não respondeu. A Receita Federal não quis se manifestar. **O Ministério de Minas e Energia** informou que “prioriza a participação das fontes limpas e renováveis na matriz energética, entre elas, a solar”.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Da Bloomberg News

Título: Preço do petróleo se descola das moedas de países produtores

Outros fatores, como sanções e política, já pesam mais sobre as cotações do que a ‘commodity’

O futuro não está no fundo de um barril de petróleo — pelo menos não para os operadores do mercado que tentam prever os movimentos das moedas dos maiores exportadores da commodity.

O valor do barril do petróleo cru se descolou da cotação das moedas de Rússia, Brasil e Canadá, com as dinâmicas internas do mercado empurrando as cotações em direções diferentes, de acordo com uma pesquisa do banco Société Générale.

O rublo, da Rússia, o real brasileiro e o dólar canadense têm problemas maiores agora do que quando o preço do barril de petróleo cru estava um tanto estagnado.

O óleo é, tipicamente, um dos principais motores da economia mundial, e um indicador do ciclo industrial. Preços mais altos podem agir como um freio no crescimento global, enquanto enriquecem nações que extraem a commodity.

ÓLEO É ALTERNATIVA

Quando outros fatores, como a política, começam apesar sobre a cotação das moedas, o petróleo pode se tornar um diversificador útil para os investidores, apontaram em um relatório analistas do banco Société Générale, como Sophie Huynh.

“A relação de longo prazo que existia entre o óleo e moedas ligadas ao petróleo se rompeu”, afirmaram os analistas no texto. “Atribuímos isso ao papel crescente de fatores idiossincráticos na ação de preços, tanto em petróleo quanto em moedas”

As disputas internacionais, as eleições e outras mudanças políticas têm substituído o petróleo como um dos principais motores da trajetória das moedas, com as relações de Canadá e Rússia com os Estados Unidos entre os maiores fatores causando desvalorização, de acordo com a análise. O preço do petróleo, enquanto isso, é cada vez mais movido por fatores relacionados ao nível do estoque, com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) reafirmando seu poder sobre o mercado. No Brasil, pesam as eleições presidenciais de outubro.

LIGAÇÃO SEGUE NA NORUEGA

“Para o rublo russo, as sanções (impostas à Rússia) têm um impacto mais significativo que os preços do petróleo. Para o dólar do Canadá, o óleo foi ofuscado pela incerteza sobre o Nafta (mercado comum da América do Norte)”, disse, por e-mail, Georgette Boele, uma estrategista de commodity e câmbio do ABN Amro Bank.

Ainda assim, o Société Générale vê relação forte entre petróleo e câmbio em alguns países, notadamente no caso da coroa norueguesa.

A coroa deve se beneficiar de um petróleo mais caro e de um crescimento forte do preço doméstico nos próximos meses, afirmou Sophie, do Société Générale. “A Noruega gera a taxa de inflação mais alta entre as nações do G-10 com superávit de conta-corrente”.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Usiminas: sem previsão de retomada total da produção**

Atividades em áreas não afetadas por explosão na usina de Ipatinga são reativadas. Todos os 34 feridos no acidente tiveram alta

A Usiminas afirmou ontem que ainda não tem previsão sobre quando retomará plena produção na usina de Ipatinga (MG), após forte explosão ter ocorrido no gasômetro da unidade, na sexta-feira. Houve 34 pessoas feridas, nenhuma delas em estado grave, e todas já tiveram alta hospitalar, segundo nota divulgada pela companhia.

“A empresa prossegue com o plano de retomada gradual das operações, com a máxima segurança. Algumas áreas sem conexão com o setor afetado pela ocorrência, como Despacho, Laminação a Frio e Unigal (galvanização), estão reiniciando suas atividades. Até o momento, a empresa ainda não tem previsão de quando retornará a plena produção”, diz anota.

Na sexta-feira, um gasômetro, grande tanque que armazena gases gerados e usados no processo de produção de aço, explodiu às 12h40m. A força da explosão, que pôde ser vista a quilômetros de distância, causou pânico em Ipatinga, cidade que tem a Usiminas como principal empregadora. O Ministério Público e equipes de órgãos ambientais do estado começaram a fazer investigações para apurar o ocorrido, informou a GloboNews.

A empresa reiterou ontem que realizou, com o apoio das autoridades públicas, monitoramento da presença de gases na comunidade e que não há registro de anormalidades nem risco para a população.

A unidade emprega cerca de 6.500 trabalhadores diretos e havia registrado uma morte na última quarta-feira, quando um funcionário terceirizado morreu prestando serviço de manutenção em equipamento na área de aciaria da usina.

Em operação desde a década de 1960, a usina de Ipatinga tem três altos-fornos, dos quais o número 1 foi reativado em abril, depois de ficar parado desde 2015 em meio à queda na demanda por aço.

O incidente de sexta-feira ocorreu num momento em que a Usiminas discute um plano estratégico de longo prazo, após vários anos de disputa entre os sócios Ternium e Nippon Steel pelo controle do dia a dia das operações da

companhia. Na pauta, discussões que vão desde pesados investimentos para garantir a continuidade das operações de mineração ao tipo de reforma que a empresa terá de fazer no alto-forno 3, o maior da filial.

As ações da Usiminas fecharam em queda de 7,27% na sexta-feira, mas caíram quase 11% logo após as primeiras notícias sobre a explosão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor:

Título: CSN contrata Jefferies para vender ativos no exterior

Coluna do broadcast

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) contratou o banco de investimento americano Jefferies para ser o assessor financeiro para a venda de seus ativos em Portugal e na Alemanha. A intenção de Benjamin Steinbruch é, com esses desinvestimentos, levantar cerca de US\$ 1 bilhão até outubro. Em Portugal, a CSN é dona da Lusosider e, na Alemanha, da SWT. Em paralelo e com a meta de reduzir seu endividamento no curto prazo, a empresa deverá fechar a contratação, na semana que vem, de um banco canadense, para a formatação do negócio de streaming de mineração. Com ele, a companhia quer injetar US\$ 1,5 bilhão em seu caixa, ainda neste ano. Streaming é um acordo de longo prazo com um investidor para a compra de uma produção futura de minério. Steinbruch disse com todas as letras que seu “desejo pessoal” é de que a alavancagem da empresa caia para 3,5 vezes ainda neste ano. Em junho, estava em 5,34 vezes. Procurada, a CSN não comentou.

» Desânimo. O segundo trimestre trouxe não só uma revisão para baixo nas projeções da economia brasileira, mas também a piora da satisfação dos brasileiros com o trabalho. O Índice Sodexo de Qualidade de Vida no Trabalho fechou o período em 5,91 pontos, com queda de 13% em relação ao mesmo período do ano passado, em uma escala de zero a dez.

» Norte. O levantamento da Sodexo, de gestão de benefícios, constatou que os fatores relacionados a oportunidades de crescimento pessoal e profissional (5,55) e reconhecimento (5,21) obtiveram os menores índices de satisfação no período. No recorte regional, o maior índice de qualidade de vida no trabalho e satisfação profissional foi no Norte (6,18 pontos) e o menor, no Sudeste (5,88 pontos).

» Fumaça. A Serpros, fundo de pensão do Serviço Federal de Processamento de Dados, conseguiu reverter uma decisão da Justiça determinando a liquidação de

um fundo, que detém títulos de dívida do governo da ordem de R\$ 650 milhões. O caso refere-se ao Grupo Porcão, empresa na qual o fundo investiu e que entrou em falência no ano passado. A fundação foi inserida no polo passivo de ação trabalhista e chegou a ser responsabilizada pela dívida da rede de churrascarias, uma vez que foi alegada eventual responsabilidade solidária da entidade.

» Inferior. O valor da causa, no entanto, é muito menor, de cerca de R\$ 195 mil, de acordo com o último demonstrativo financeiro divulgado pela fundação. Agora, o mérito do caso será julgado. A Serpros foi representada pelo escritório Souto Correa. » Tese. A tese da Serpros é de que ela é uma entidade fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: A difícil tarefa de recuperar a reputação da Petros

Após série de investimentos polêmicos, fundo de pensão da Petrobrás atingiu rombo de R\$ 28 bi, exigindo contribuição extra de funcionários

Cátia Luz

“Senhor Walter, a Polícia Federal está aqui no escritório”. Eram 7h30 da manhã do dia 5 de setembro de 2016, uma semana após o economista Walter Mendes ter assumido o comando da fundação Petros, que administra os fundos de pensão da Petrobrás. O executivo havia acabado de sair de um voo São Paulo-Rio e, em segundos, dezenas de mensagens, além do recado da secretária, começaram a invadir seu celular. A PF, juntamente com o Ministério Público, estava na sede do fundo de pensão, no centro do Rio, para cumprir um mandato de busca e apreensão de documentos e computadores. Era a deflagração da Operação Greenfield, que apura desvios nos maiores fundos de pensão do País, calculados em R\$ 8 bilhões. Ao chegar ao prédio, Mendes tentou explicar que não podia assinar o termo de apreensão, porque seu nome nem tinha sido habilitado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador dos fundos.

“Mas tem até placa com o seu nome na porta”, disse um policial. “Num desses arroubos de eficiência, alguém tinha feito a plaquinha”, conta Mendes. “Pedi para que tudo fosse entregue. Com os policiais ainda nos andares do prédio, eu me apresentava aos 480 funcionários, em quatro reuniões com a capacidade máxima do nosso auditório”, explica o executivo, que negociou cooperação com as autoridades em troca de acordo para evitar novas buscas na sede ou na casa

de funcionários. A empreitada de Mendes para tentar restaurar a reputação da fundação não tem sido fácil. Com carreira no Unibanco e no Itaú, o executivo, de 62 anos, deu início a uma série de procedimentos para aumentar a transparência da fundação. Mudou estatutos, criou ouvidoria para denúncias de fraude e um comitê independente, formado por quatro gerentes, para acompanhar as investigações sobre investimentos duvidosos.

“É muito difícil separar o efeito de crise, de incompetência e de malfeitos”, diz o presidente do fundo de pensão, segundo maior do País, com R\$ 80 bilhões sob gestão. Os relatórios são enviados, sem precisar do aval da diretoria, para Ministério Público, Previc e, se for o caso, Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Segundo Mendes, até agora, 11 investigações foram encerradas (ou seja, tiveram relatório enviado às autoridades competentes), quatro estão em andamento e outras nove sendo avaliadas. Para tentar recuperar parte do dinheiro perdido, a fundação avalia quais casos são passíveis de ressarcimento. Em maio, a Petros entrou na CVM com o primeiro processo em que cobra indenização de R\$ 584 milhões de dois ex-presidentes e seis diretores sobre conduta indevida na compra de participação da construtora Camargo Correa na Itaúsa.

“Esse é o primeiro. Haverá outros”, garante Mendes. A Camargo não quis comentar. O executivo não detalha os investimentos problemáticos. Mas há exemplos clássicos, como o aporte na Sete Brasil, ao lado de Funcef, dos funcionários da Caixa, em que cada uma das fundações investiu R\$ 1,4 bilhão na empresa de construção de sondas, que quebrou durante o escândalo da Petrobrás. Hoje, o caso está em arbitragem. Déficit. Investimentos desse tipo explicam parte do rombo de R\$ 28 bilhões amargado no ano passado pelo plano mais antigo da fundação, o PPSP. Rentabilidades baixas, crise econômica e mudanças no perfil da população reforçaram o déficit, que acontece quando o patrimônio acumulado pelo plano é menor do que o necessário para pagar todos os participantes.

“É importante lembrar que a crise de três dos maiores fundos de pensão do País é marcada pela ingerência política. E que o sistema, com os outros 304 fundos de pensão fechados existentes no País, é sólido”, diz Luís Ricardo Martins, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). Para reequilibrar as contas, a atual diretoria da Petros propôs um plano de equacionamento de 18 anos. Pelo plano, aprovado pelo conselho de administração em setembro do ano passado, 76 mil dos 146 mil empregados e pensionistas da Petrobrás terão de pagar R\$ 14 bilhões no período. As contribuições extras, que começaram a ser cobradas em março, muitas vezes duplicam ou até triplicam os valores originais dos aportes feitos pelos participantes. Petrobrás também terá de contribuir com R\$ 13,7 bilhões

no período. Desde então, multiplicaram pelo País liminares de sindicatos pedindo a suspensão da cobrança.

“O impacto na mensalidade é muito alto para quem já tinha dívidas, e muitos dos participantes, a maior parte formada por aposentados, estão inadimplentes”, explica Simão Zanardi, coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP). “A Justiça não é o melhor lugar para resolver o problema, porque temos pressa. Queremos uma solução negociada. Nessa semana vamos apresentar uma alternativa ao plano proposto, que mantém a paridade na contribuição da empresa e dos trabalhadores, mas em que os cálculos não são feitos pelo máximo do déficit.” A pressão dos participantes começou antes da aprovação do plano. Na primeira das oito reuniões da diretoria com o conselho da Petros para explicar o plano, cerca de 100 manifestantes contrários à medida invadiram o prédio, e alcançaram a sala do colegiado, no nono andar.

“Foi muito tenso, até que conseguimos negociar com uma comissão dos participantes”, lembra Mendes. Depois do episódio, as reuniões passaram a ser feitas em diferentes hotéis. “Os conselheiros eram colocados em vans, sem saber para onde iriam.” Segundo Mendes, não havia outra saída. “Para zerar o déficit, teríamos de ter 20% de retorno ao ano. Mesmo batendo metas, rentabilidade não salva esse fundo.” Estratégia. Dentro da reestruturação feita pela atual diretoria, houve a revisão de todos os processos de investimento. A ideia era fazer com que a Petros passasse a atuar como uma gestora de recursos. Na nova estratégia, a fundação zerou a posição em ativos de renda variável (ações negociadas em Bolsa e participações em empresas) sem liquidez.

Vendeu fatia na CPFL Energia, na JBS, e no FIP Florestal, quando se desfez de participações na Eldorado Celulose. Somando a venda de imóveis e de ações da Itaúsa, foram mais de R\$ 6 bilhões para o caixa da fundação. Apesar de afirmar que não tem pressa, a fundação também deve vender seus papéis na Vale, negociação aguardada pelo mercado. Foi desenvolvida ainda uma nova política para escolha de conselheiros nas empresas em que a Petros tem participação. Hoje, 100% dos 30 representantes do fundo em conselhos de 10 empresas em que a Petros tem participação são independentes. Antes, os colegiados eram ocupados por membros da direção ou gerentes da Petrobrás. “Criar comitês, processos, colegiados, é uma forma de despersonalizar a decisão e de blindar a fundação. A melhor defesa para a Petros é a transparência. Assim, voltar ao que era fica mais difícil”, resume Mendes.

MME / ASCOM .